



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RESOL-GP - 62012**

**Código de validação: A6196B6A6A**

Institui mecanismos de cooperação judiciária e dá outras providências. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais; **CONSIDERANDO** o disposto na Recomendação CNJ nº. 38 de 2011, que recomenda aos tribunais a adoção de mecanismos de cooperação judiciária entre os órgãos do Poder Judiciário; **CONSIDERANDO** os princípios da duração razoável do processo, da eficiência e da celeridade, que, orientando o processo, tem por finalidade a entrega de uma prestação jurisdicional de qualidade em tempo razoável; **CONSIDERANDO** que a cooperação judiciária constitui mecanismo contemporâneo, desburocratizado e ágil para o cumprimento de atos judiciais fora da esfera de competência do juízo requerente ou em intersecção com ele; e **CONSIDERANDO** a decisão em sessão plenária administrativa do dia 21 de março do corrente ano, **RESOLVE: Art. 1º** Instituir, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, o Núcleo de Cooperação Judiciária e a figura do Juiz de Cooperação, com a finalidade de institucionalizar meios para dar maior fluidez e agilidade à comunicação entre os órgãos judiciários e outros operadores sujeitos do processo, não só para cumprimento de atos judiciais, mas também para harmonização e agilização de rotinas e procedimentos forenses, fomentando a participação dos magistrados de todas as instâncias na gestão judiciária. **Parágrafo Único.** O Núcleo de Cooperação deverá interagir de forma coordenada com os comitês nacional e estadual de cooperação judiciária, constituídos pelo Conselho Nacional de Justiça. **Art. 2º** O Núcleo de Cooperação Judiciária, com sede na Comarca de São Luís, é subordinado diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça e compartilhará da estrutura do gabinete dos juízes auxiliares da Presidência. **Art. 3º** Integram o núcleo os servidores lotados no gabinete dos juízes auxiliares da Presidência e um juiz cooperador, que também atuará como coordenador do Núcleo. **Art. 4º** O Juiz Cooperador será escolhido pelo presidente do Tribunal de Justiça, dentre os juízes auxiliares da Presidência. **§ 1º** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá designar outros juízes cooperadores para integrar o Núcleo de Cooperação Judiciária, de acordo com a necessidade do serviço. **§ 2º** O Núcleo de Cooperação Judiciária poderá convocar servidores do Tribunal de Justiça para participarem de reuniões de trabalho e auxiliarem nas execuções dos trabalhos. **Art. 5º** Cumpre ao Núcleo de Cooperação Judiciária exercer as seguintes atribuições: **I** – sugerir diretrizes de ação coletiva, harmonizar rotinas e procedimentos, bem como atuar na gestão coletiva de conflitos e na elaboração de diagnósticos de política judiciária, propondo mecanismos suplementares de gestão administrativa e processual, fundados nos princípios da descentralização, colaboração e eficácia; **II** - atender prontamente os pedidos de cooperação jurisdicional, processando os pedidos com respeito aos princípios da agilidade, concisão, instrumentalidade das formas e unidade da jurisdição nacional, dando-se prioridade ao uso dos meios eletrônicos; **III** – praticar todos os tipos de atos, providências, medidas, incidentes, procedimentos e ritos processuais necessários à realização da cooperação judiciária; **Art. 6º** O pedido de cooperação judiciária prescinde de forma especial e compreende: **I** – auxílio direto; **II** – reunião ou apensamento de processos; **III** – prestação de informações; **IV** – cartas de ordem ou precatória; **V** – atos concertados entre os juízes cooperantes. **§ 1º** Os atos concertados entre os juízes cooperantes poderão consistir, além de outros definidos em comum acordo, em procedimento para a prática de: **I** – citação, intimação e notificação, obtenção e apresentação de provas, coleta de depoimentos, medidas cautelares e antecipação de tutelas; **II** – medidas e providências para a recuperação e preservação de empresas, facilitação da habilitação de créditos na falência e recuperação judicial; **III** – transferência de presos; **IV** – reunião de processos repetitivos; **V** – execução de decisões judiciais em geral, especialmente aquelas que versem sobre interesse transindividual. **§ 2º** O juiz poderá recorrer ao pedido de cooperação antes de determinar a expedição de carta precatória ou de suscitar conflito de competência. **Art. 7º** Os magistrados designados para atuar como juízes de cooperação terão a função de facilitar a prática de atos de cooperação judiciária e integrarão a Rede Nacional de Cooperação Judiciária. **Parágrafo Único.** Os juízes de cooperação poderão atuar em comarcas, foros ou em unidades jurisdicionais especializadas. **Art. 8º** O juiz de cooperação tem por deveres específicos: **I** – fornecer todas as informações necessárias a permitir a elaboração eficaz de pedido de cooperação judiciária, bem como estabelecer os contatos diretos mais adequados; **II** – identificar soluções para os problemas que possam surgir no processamento de pedido de cooperação judiciária; **III** – facilitar a coordenação do tratamento dos pedidos de cooperação judiciária no âmbito do Tribunal; **IV** – participar das reuniões convocadas pela Presidência, pelo Conselho Nacional de Justiça ou, de comum acordo, pelos juízes cooperantes; **V** – participar das comissões de planejamento estratégico dos tribunais; **VI** – promover a integração de outros sujeitos do processo à rede de cooperação; **VI** – intermediar o concerto de atos entre juízes cooperantes. **§ 1º** Sempre que um juiz de cooperação receber, de outro membro da rede, pedido de informação a que não possa dar o seguimento, deverá comunicá-lo ao magistrado de cooperação ou ao membro da rede mais próximo para fazê-lo. **§ 2º** O juiz de cooperação deve prestar toda a assistência para contatos ulteriores. **Art. 9º** Os pedidos de cooperação judiciária serão encaminhados diretamente ou por meio do Juiz de Cooperação. **Art. 10** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

---

Desembargador ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR  
Presidente do Tribunal de Justiça  
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 22/03/2012 10:38 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

Informações de Publicação

Edição	Disponibilização	Publicação
58/2012	23/03/2012 às 11:01	26/03/2012

[Imprimir](#)